ano 4 - n. 7 | julho/dezembro - 2019
Belo Horizonte | p. 1-256 | ISSN 2446-9823
R. Int. de Dir. Púb. – RIDP

Revista Internacional de DIREITO PÚBLICO

RIDP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

A Corte Internacional de Justiça
Benigno Núñez Novo 9
1 Introdução 9
2 Desenvolvimento 11
2.1 O Brasil e a Corte Internacional de Justiça 17
3 Considerações finais 17
Referências 19

A efetividade da Justiça Restaurativa na ressocialização do menor infrator
Benigna Araujo Teixeira Maia, Rafael Lopes Cruz 21
1 Introdução 21
2 Debate teórico sobre a origem da Justiça Restaurativa 23
3 Justiça Restaurativa 24
3.1 Justiça Retributiva 28
3.2 Comparativo entre Justiça Restaurativa e Retributiva 31
4 Aplicação da Justiça Restaurativa para a ressocialização do menor infrator 33
4.1 A Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente 34
4.2 Das medidas socioeducativas 36
4.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo 37
4.4 Projeto "Justiça para o século 21" 38
5 Considerações finais 39
Referências 41

A *soft law* no combate à corrupção luso-brasileira
Daniel Blume Pereira de Almeida 43
1 Introdução 43
2 *Soft law* 44
2.1 Conceito 44
2.2 Histórico e atualidade 48
3 Os desafios impostos pela transnacionalidade dos crimes de corrupção 52
4 A *soft law* e a experiência luso-brasileira no combate à corrupção 56
5 Conclusão 62
Referências 64

Direitos fundamentais: o reconhecimento de que a posse tradicional indígena prevalece sobre a posse civil
Meire Rose Santos Pereira 69
1 Introdução 70
2 Direitos fundamentais 70
2.1 Aspecto histórico dos direitos fundamentais 72
3 Dignidade da pessoa humana 73
3.1 Aspecto histórico e filosófico da dignidade da pessoa humana 74

4 A natureza jurídica dos direitos fundamentais à propriedade 75
5 A propriedade como questão filosófica 77
6 Direitos fundamentais das comunidades indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam 80
7 Conclusão 85
Referências 86

O julgamento de Sócrates à luz do Direito
Francisco Eugênio Vilar Torres Teixeira, Silvio Luís Ferreira da Rocha 91
1 Introdução 91
2 Vida e obra de Platão 92
3 A "Apologia de Sócrates" 93
3.1 Das acusações 94
3.2 Dos acusadores 94
3.3 Dos argumentos da defesa de Sócrates 94
4 O conceito de justiça segundo Aristóteles 96
5 O julgamento de Sócrates 99
6 O julgamento de Sócrates à luz do Direito 101
7 Conclusão 102
Referências 103

Cassação de mandatos de prefeitos por quebra de decoro: limites da subjetividade do Legislativo e da insindicabilidade pelo Judiciário na revisão do mérito
Leandro Moraes Leardini 105
1 Introdução 105
2 *Impeachment* e cassação de mandatos de prefeitos 107
3 O conceito de decoro 107
3.1 Decoro e razoabilidade 108
3.2 Decoro e proporcionalidade 109
4 O processo de cassação 110
5 A revisão judicial do processo de cassação e a insindicabilidade dos *atos interna corporis* 111
5.1 Justa causa no processo de cassação 113
5.2 A temporalidade da conduta 114
6 A Lei de Abuso de Autoridade e o processo de cassação de mandatos de prefeito ... 114
7 Conclusão 116
Referências 117

Ponderações acerca do controle jurisdicional da Administração Pública: análise crítica nas demandas de fornecimento de medicamentos e situações relacionadas ao Estado de Coisas Inconstitucional
Isaac Villasboas de Oliveira 119
1 Introdução 120
2 Breves considerações sobre o princípio da separação de poderes e o sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) 121
3 Dos direitos fundamentais, efetividade e força normativa da Constituição 122
4 Ponderações acerca do controle jurisdicional da Administração Pública em demandas por medicamentos 124
5 Ponderações acerca do controle jurisdicional da Administração Pública em situações de crise estrutural (Estado de Coisas Inconstitucional) 130
6 Conclusões 135
Referências 137

Hermenêutica constitucional e neoconstitucionalismo
Gabriel Ozanique Borges 141
1 Introdução 141
2 Conceitos e métodos clássicos aplicados à hermenêutica constitucional 142
2.1 Hermenêutica gramatical 143
2.2 Hermenêutica sistemática 144
2.3 Hermenêutica histórica 145
2.4 Hermenêutica teleológica 146
3 Alterações metodológicas na aplicação da hermenêutica constitucional 147
4 Os conceitos e fenômenos contemporâneos aplicados à hermenêutica constitucional 149
4.1 Normatividade e essencialidade dos princípios constitucionais 150
4.2 Colisão entre normas, valores e desígnios constitucionais 152
4.3 Ponderação entre normas, valores e desígnios constitucionais 153
4.4 Teoria da argumentação jurídica constitucional 154
5 Casos difíceis decididos pelo Supremo Tribunal Federal e a edificação do Direito 155
6 Considerações finais 158
Referências 159

Ponderação do Poder Legislativo quanto ao núcleo essencial dos direitos fundamentais
Patrick Mesquita Vasconcelos Monteiro 161
1 Introdução 161
2 Proteção do núcleo essencial na Europa 162
3 Proteção do núcleo essencial – CRFB/88 164
4 Distinção entre normas e princípios 166
5 Suporte fático dos direitos fundamentais 168
6 Intervenções estatais: restrição ao direito fundamental 169
6.1 Teorias interna e externa 169
6.2 Princípio da proteção do núcleo essencial – teoria relativa e absoluta 170
6.3 Núcleo essencial e conformação de direitos fundamentais 173
6.4 Núcleo essencial e o sacrifício de direitos 174
6.5 Núcleo essencial e o princípio da proporcionalidade 176
7 Considerações finais 178
Referências 179

A responsabilização do parecerista de boa-fé: uma análise à luz do art. 28 da LINDB
Giovanna Micali 183
1 Introdução 183
2 O sentido normativo do art. 28 185
2.1 Os pareceres protegidos pelo art. 28 185
2.2 Da presença de dolo ou erro grosseiro 187
3 Qual foi, afinal, a contribuição do art. 28 em matéria de responsabilização do parecerista? 193
Referências 195

Aplicação e interpretação do mandado de injunção: como atestar sua capacidade de proteção constitucional
Renato Bulbarelli Valentini 197
1 Introdução 197

2 A conjuntura constitucional do mandado de injunção 199
2.1 O constitucionalismo à brasileira 199
2.2 Um texto destinado ao futuro 204
2.3 Proteção constitucional por vias de interpretação 205
2.4 A questão dos direitos fundamentais 208
2.5 O controle constitucional e a opção pelo mandado de injunção 209
2.6 A abertura constitucional permeada pela injunção 211
3 A delimitação do regime jurídico 214
3.1 Introito 214
3.2 O contorno da omissão combatida pela injunção 214
3.3 A Lei nº 13.300/2016: o novo cenário de atuação do MI 219
3.3.1 Omissões parciais e regulamentação por norma inconstitucional 219
3.3.2 Abrangência do cabimento: quais os direitos cobertos pela ação 221
3.3.3 Legitimidade 222
3.3.4 Efeitos da decisão 225
3.3.5 Mandado de injunção coletivo 230
3.4 Questões relevantes para além da letra da lei 231
3.4.1 Procedimento 232
3.4.2 Competência 232
4 O percurso jurisprudencial 234
4.1 Introito 234
4.2 MI nº 107 e MI nº 168 – equiparação à ADO e natureza declaratória 234
4.3 MI nº 232, MI nº 283 e MI nº 284 – a mora do poder público 236
4.4 MI nº 335, MI nº 361 e MI nº 513 – legitimidade passiva 237
4.5 MI nº 20 e MI nº 585 – um paradoxo entre o avanço e o retrocesso 239
4.6 MI nº 670, MI nº 712 e MI nº 1.967 – a viragem concretista 240
4.7 MI nº 721 e MI nº 758 – a incongruente eficácia atribuída à decisão 244
4.8 MI nº 6.770, MI nº 6.773, MI nº 6.780, MI nº 6.874 e MI nº 4.733 – uma visão atual 247
5 Conclusões 248
Referências 251

Instruções para os Autores 255